



Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 59775
Título: Ministério da Agricultura reduz um terço das chefias					Temática: Generalista	GRP: 5.1
2006/10/16	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/2		Periodicidade: Diaria	Inv.: 4104.00

REESTRUTURAÇÃO

Ministério da Agricultura reduz um terço das chefias

Entre 30 e 33 por cento das chefias serão reduzidas no Ministério da Agricultura, segundo a nova lei orgânica a que o PÚBLICO teve acesso. Este número terá de se repercutir ao longo de toda a cadeia hierárquica de funcionários. **P34/35**

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 59775
Título: Ministério da Agricultura reduz um terço das chefias					Temática: Generalista	GRP: 5.1
2006/10/16	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág.34	Imagem: 2/2		Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.



NUNO FERREIRA SANTOS

Com a nova orgânica do Ministério, as direcções regionais passam de sete para cinco e as 229 zonas agrárias dão lugar a 28 delegações

Governo prepara revolução no Ministério da Agricultura

LEI ORGÂNICA

Reestruturação deverá levar a uma redução de quase um terço dos funcionários e chefias de primeiro e segundo grau

ANA FERNANDES

Prestar serviços em vez de consumir recursos. Esta é a trave-mestra da profunda reorganização de que vai ser alvo o Ministério da Agricultura, com extinções de serviços, fusões e reestruturações. A revolução vai ter grandes implicações em termos de recursos humanos já que cerca de um terço das chefias desaparecerão. Uma percentagem que se irá reflectir ao longo de toda a cadeia. Quantos serão ao certo? O ministro não avança, porque "as pessoas não são números."

As contas seriam fáceis de fazer. Jaime Silva, responsável da pasta, diz que as chefias de primeiro grau serão reduzidas em 30 por cento enquanto que as de segundo grau levarão um corte de 33 por cento. Aplicando esta regra ao universo de 11.800 funcionários, entre 3.500 e os 3.800 podem vir a entrar no quadro de supranumerários. Mas o ministro não confirma os números, até

porque como as leis orgânicas dos diferentes serviços ainda estão a ser concluídas, nada está ainda fechado. "A reforma que se está a fazer não é porque há funcionários a mais ou porque há défice, mas sim porque tem de se criar uma estrutura que responda às reformas da PAC e à mudança de paradigma", adiantou Jaime Silva.

Ou seja? "É necessária mais qualidade e equidade na aplicação dos fundos nacionais e comunitários em que o Ministério da Agricultura tem de ser o intermediário entre as políticas e os agricultores, prestando um serviço em vez de consumir parte dos recursos", responde o ministro.

E dá exemplos: com a nova política europeia, surge o pagamento único feito com base no histórico. "E para isso não é preciso um gabinete inteiro". No caso das licenças de pesca, basta ir ao multibanco. "A actual estrutura não serve, tinha de ser mudada", resume.

Reduzir e reestruturar

Segundo a lei orgânica, a que o PÚBLICO teve acesso, tanto a nível central, como no terreno, a presença do Ministério vai ser reduzida. As direcções regionais passam de sete para cinco, as 229 zonas agrárias dão lugar a 28 delegações, as duas instituições

financeiras são unificadas, a investigação é agrupada num único organismo, as auditorias são integradas noutros departamentos e há direcções-gerais que acabam, passando as suas atribuições a outros (ver texto nestas páginas).

O Serviço Nacional Coudélico sai do Estado em termos a regulamentar. A elaboração de projectos de promoção de obras hidráulicas agrícolas, assim como o seu acompanhamento e fiscalização, deixa também de ser competência da Agricultura, segundo a nova lei orgânica, que apenas aguarda promulgação do Presidente da República.

Neste cenário de reduções há uma excepção: a Inspeção-Geral de Agricultura e Pescas será reforçada, tanto em termos de efectivos como de responsabilidades. Porque esta é apontada como uma das prioridades pelo governante.

"O combate à corrupção e ao desperdício faz-se na concepção das medidas, criando pontos de ruptura no sistema que passam por separar quem paga de quem avalia", adianta. Outra das peças fundamentais no novo edifício que está a ser montado é o sistema de informação: "Vai permitir saber onde está aplicado o dinheiro que foi atribuído, quais são as fileiras que apresentaram candidaturas ou ver se os critérios estabelecidos estão a ser respeitados, assim como vai permitir ao agricultor saber em que fase está o seu projecto."

As associações terão um papel crucial nesta remodelação, já que serão fundamentais como interlocutores junto dos agricultores, pescadores ou produtores florestais. "Acredito no papel das associações mas não quero que as pessoas deixem de depender de um funcionário público para passar a depender de outro, pelo que vou pedir auditorias ao funcionamento destas estruturas", avisou.

O Ministério tem já algumas leis orgânicas dos serviços prontas para serem aprovadas em Conselho de Ministros, como é o caso das do Instituto da Vinha e do Vinho e do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto. A última que será concluída é a do novo Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas. ■

REDUÇÃO NOS CARGOS DIRIGENTES

Cargo	Actual	Futuro
Director-Geral	20	16
Subdirector-Geral	43	30
Director de Serviços	157	71
Chefe de Divisão	433	Por definir